

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: Guarani/Caso Marçal

Data: 28/03/93 Pg.: 16 300

Assassinos de guarani são julgados

■ Índios esperam há 10 anos pela condenação de pistoleiros que mataram Marçal

MEMÉLIA MOREIRA

PONTA-PORÃ, MS — Amanhã, quando se abrirem as portas das precárias instalações do Fórum de Ponta-Porã, em Mato Grosso do Sul, as tribos dos guaranis-caiovas terenas, guaranis-nhandevas e cadiueus, que há 10 anos esperam o julgamento dos acusados pelo assassinato do líder guarani Marçal Tupa-y, iniciam seus rituais de danças e protestos como denúncia às violências cometidas contra os índios brasileiros. No fórum, no banco dos réus, estarão os fazendeiros Rômulo Gamarra e Líbero Monteiro, que serão julgados pelos três tiros e duas facadas que em 25 de novembro de 1983 mataram Tupa-y, conhecido pelos brancos pelo nome de Marçal de Souza.

O julgamento repõe o Brasil no noticiário internacional. Correspondentes da imprensa europeia e dos Estados Unidos dão a esse julgamento a mesma importância do júri que condenou os assassinos do sindicalista Chico Mendes. Tupa-y, pouco conhecido até julho de 1980, foi quem, no aeroporto de Manaus, quando João Paulo II despedia-se de sua primeira viagem ao Brasil, tomou o microfone e emocionou o papa com um discurso de improviso falando das hostilidades dos brancos contra os índios e da perda de

seus direitos ao longo da história brasileira.

Invasão dos brancos — “Este é o país que nos foi tomado. Dizem que o Brasil foi descoberto. O Brasil não foi descoberto não, Santo Padre. O Brasil foi invadido e tomado dos índi-

o número de suicídios entre os guaranis-caiovas.

Um ano antes de seu assassinato, em Washington, Marçal de Souza denunciou, num congresso indígena das Américas, a situação dos grupos de Mato Grosso do Sul. Seu discurso novamente

vai se arrepender por isso.” Tupa-y não teve tempo para se arrepender. Seis dias depois da ameaça, dois homens o chamaram à porta de casa, pedindo remédios. Enfermeiro consciencioso, Marçal virou-se para atender o pedido e levou três tiros.

A morte de Marçal de Souza desencadeou uma série de suicídios entre os guaranis-caiovas e cadiueus. Na semana seguinte, Romana, a mais famosa fabricante de potes da tribo cadiueu, suicidou-se. Na aldeia Bananal, a índia terena Ilda Silva enforcou-se e mais três adolescentes guaranis seguiram o exemplo.

Expectativa — Os suicídios e a violência continuam. Apesar das frequentes tentativas da Funai em enviar psicólogos e antropólogos a Mato Grosso do Sul, tentando explicar o fenômeno, não há resposta.

Os guaranis, terenas e cadiueus que vão participar do ritual de protesto na porta do Fórum de Ponta Porã repetem a mesma reivindicação feita pelo líder assassinado: demarcação das terras para que seus descendentes possam sobreviver. E, embora se desloquem para o julgamento, nenhum índio acredita na condenação dos acusados. “Vai ser um teatro”, diz Edna, uma das filhas de Tupa-y, o líder que, ao nascer, recebeu o nome de *Deus Pequeno*.

Marçal lutou diariamente para que seu povo não vivesse hoje a tragédia do suicídio de jovens. Mas a sucessão de mortes não parou. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário, em 1992 subiu de 17 para 20 o número de suicídios entre os guaranis-caiovas

genas. Esta é a verdadeira história. Nunca foi contada a verdadeira história do nosso povo, Santo Padre. Eu deixo aqui o meu apelo, apelo de 20 mil índios que habitam, lutam pela sua sobrevivência nesse país tão grande e tão pequeno para nós, Santo Padre”, disse Tupa-y.

O surpreendente foi o discurso ter sido feito por um homem cuja ideologia teve como origem a leitura da revista *Seleções*, e que em seus 64 anos lutou diariamente para que seu povo, os guaranis, não vivesse hoje a tragédia do suicídio de jovens. De acordo com os dados apresentados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1992, subiu de 17 para 20

impressionou. Marçal foi então convidado para visitar as reservas indígenas dos Estados Unidos. Na volta, em Brasília, reiniciou sua luta pela demarcação da área de Piracua, território tradicional de seu povo.

Assassinato — Uma semana antes de ser assassinado, Marçal foi procurado em sua casa por desconhecidos. Eram representantes de fazendeiros propondo a compra da terra por Cr\$ 5 milhões (valores de 1983). O líder recusou, dizendo que “a terra é sagrada, não se vende”. De acordo com o testemunho de Eunice, filha de Marçal, os desconhecidos saíram da aldeia Campestre dizendo: “Você ainda

Uma extensa lista de impunidades

Marçal Tupa-y foi um entre os muitos líderes indígenas assassinados — como também gente simples das tribos — no final dos anos 70 e o início dos anos 80. Entre eles, o cacique caingangue Ângelo Cretã, morto num inexplicável acidente na estrada de Pato Branco (PR), quando organizava uma ocupação pacífica de oito mil hectares de terra no município de Mangueiri-

nha. A maioria dos assassinos continua impune.

■ **Ângelo Pancararé**

Cacique da tribo pancararé, do município de Nova Glória (BA). Foi assassinado pelo pistoleiro José Lino em 25 de dezembro de 1979. Ângelo guardava documentos do século 18, comprovando que as terras ocupadas por seu povo haviam sido doadas pela coroa portuguesa.

■ **Ângelo Cretã**

Sofreu acidente em 29 de janeiro de 1980. Cacique caingangue,

Cretã estava ameaçado de morte por madeireiros do Paraná que, na década de 40 compraram as terras indígenas das mãos do governador Moisés Lupion.

■ **Mateus Guajajara e Moreira Guajajara**

Assassinados em 10 de fevereiro de 1980. Os acusados são policiais militares de Barra do Corda (MA) e fazendeiros da região. No julgamento, em 1991, os acusados foram absolvidos;

■ **Nivaldo Caingangue**

Cacique caingangue assassinado

em janeiro de 1981, um ano depois da morte de Ângelo Cretã. Nivaldo prometera continuar reivindicando as terras de Mangueirinha e foi morto por dois pistoleiros;

■ **Massacre de ticunas**

Quatorze ticunas foram assassinados em 1985, no município de Benjamin Constant (AM). O massacre dos ticunas foi considerado “crime contra a humanidade” pelo Ministério Público Federal, que pediu desafortamentamento para a Justiça Federal no Superior Tribunal de Justiça.